



Gestão Responsável para a Sustentabilidade

2025



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
*Secretaria de Gestão
e Recursos Humanos*





Sumário

Introdução	3
Parte I: Introdução a Gestão Responsável para a Sustentabilidade	5
Parte II: A questão ambiental e a sustentabilidade	8
Parte III: Adoção de práticas sustentáveis na gestão pública	11
Parte VI: Programa Cidades Sustentáveis	14
Parte V: Como Implantar a A3P (Agenda Ambiental na Administração Pública)	19
Referências	22

Introdução

Esta apostila foi elaborada para ser usada no curso Gestão Responsável para a Sustentabilidade, dentro do Eixo Sustentabilidade e da Estação Gestão Sustentável da ESESP (Escola de Serviço Público do Espírito Santo). O curso será lecionado de forma presencial e possui 20 horas. O objetivo do curso é “Contribuir para a compreensão dos elementos constitutivos da Gestão Responsável para a Sustentabilidade e; para a instrumentalização dos servidores para uma ação profissional técnica, crítica, coletiva e desalienada como gestor de Políticas Públicas”.

A Ementa do curso Gestão Responsável para a Sustentabilidade é: Sustentabilidade x Questão Ambiental; Realidade Local; Crescimento x Desenvolvimento; Desenvolvimento sustentável; Inovação; Sociedade de consumo; Histórico da sustentabilidade; A Carta da Terra; Aglomerações urbanas; PIB; Índice de GINI; Conceito de Violência; Desigualdade e violência; IDH; Gestão Sustentável; A3P e seus eixos; Planejamento e desenho urbano; Eficiência na Licitação e outros aspectos.

Essas 20 horas do curso foram divididas em cinco aulas de 04 horas cada e seu conteúdo ficou assim distribuído: - 02 horas do primeiro dia de aula para a apresentação do Plano de Ensino da Disciplina, para a dinâmica de apresentação e para a definição de regras de convivência durante o curso. Nas 02 horas seguintes deste mesmo dia de aula será discutido o Texto 1: Percurso histórico da sustentabilidade, suas dimensões e objetivos de desenvolvimento sustentável; - 04 horas do segundo dia de aula para a realização de um Estudo dirigido em dupla sobre o Texto 2: A questão ambiental e a sustentabilidade. Na parte final desta aula será feita a Discussão, correção e o recolhimento do Estudo dirigido; - 02 horas do terceiro dia de aula para as/os cursistas assistirem e debaterem o Documentário “A História das Coisas” (versão brasileira) com 21 minutos. Nas 02 horas seguintes deste mesmo dia de aula será discutido o Texto 3: Adoção de práticas sustentáveis na gestão pública; - 02 horas do quarto dia de aula para as/os cursistas assistirem e debaterem o Documentário “Ciclo da Sustentabilidade” com 56 minutos. Nas 02 horas seguintes



deste mesmo dia de aula será discutido o Texto 4: Programa Cidades Sustentáveis; - 03 horas do quinto dia de aula do curso para discutir o Texto 5: Como Implantar a A3P (Agenda Ambiental na Administração Pública). Na última hora seguinte deste dia será realizada uma avaliação individual e coletiva do curso e também o encerramento dele.

Acreditamos que a apostila contribuirá com o conhecimento técnico e com o aprendizado contínuo dos servidores públicos, pois estes profissionais precisam se manter atualizados, buscando cursos, eventos, livros que ajudem a desenvolver novos conhecimentos e novas competências.

As Partes a seguir tratam dos textos que serão utilizados nas aulas e por isso algumas Partes possuem o mesmo nome do texto. Parte I: Introdução a Gestão Responsável para a Sustentabilidade; Parte II: A questão ambiental e a sustentabilidade; Parte III: Adoção de práticas sustentáveis na gestão pública; Parte VI: Programa Cidades Sustentáveis; Parte V: Como Implantar a A3P (Agenda Ambiental na Administração Pública).

Parte I

Introdução a Gestão Responsável para a Sustentabilidade

Muitas questões se apresentam quando discutimos sobre Gestão e principalmente quando o assunto é Sustentabilidade. Quais as principais dúvidas que temos? O ser humano cuida ou destrói a natureza? Qual é a relação entre Sustentabilidade e a/o produção/consumo de bens na sociedade em que vivemos? Será que nosso consumo atual vai deixar condições e recursos naturais para que as futuras gerações possam sobreviver/viver?

Bem, se sim ou não, algum ponto de partida precisa ser dado, sendo assim pretende-se elucidar os conceitos de desenvolvimento sustentável a fim de zelar pelo bem do ecossistema e da sociedade como um todo, trabalhando o consumo consciente, educação de qualidade, produção responsável, entre outros (Cordeiro; Hülse; Martins; Lehmkuhl, 2021, p. 02).

Discutir os temas, conhecer conceitos e detalhes do percurso histórico são fundamentais até para nosso envolvimento e comprometimento com a Sustentabilidade. A seguir apresentamos datas e acontecimentos que nos ajudam a compreender a jornada histórica em direção a práticas sustentáveis:

Século XIV - Primeiras menções à sustentabilidade: As primeiras referências à ideia de sustentabilidade surgem, destacando a importância do uso consciente dos recursos naturais, o que estabelece as bases para práticas ambientais mais responsáveis.

Século XVIII - Iluminismo e a razão: Filósofos iluministas começam a discutir a relação entre a natureza e a sociedade, promovendo uma nova perspectiva sobre a administração dos recursos naturais e a necessidade de preservar o meio ambiente.

Século XIX - Revolução Industrial: A Revolução Industrial traz um aumento significativo na exploração dos recursos naturais, levando a uma crescente preocupação com os impactos ambientais gerados pelas novas tecnologias e processos industriais.

Década de 1960 - Movimento ambientalista: Surge um forte movimento ambientalista, com manifestações e publicações que alertam para os danos causados ao meio ambiente, levando à criação de políticas públicas voltadas para a proteção ambiental.

1972 - Conferência de Estocolmo: A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente é realizada em Estocolmo, marcando um ponto de virada na consciência global sobre a necessidade de integrar o desenvolvimento econômico e a proteção ambiental.

1987 - Relatório Brundtland: O relatório 'Nossa Comum Esperança' define o conceito de desenvolvimento sustentável, enfatizando a necessidade de atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações.

1992 - Cúpula da Terra no Rio de Janeiro: A Cúpula da Terra promove um diálogo global sobre desenvolvimento sustentável, resultando na Agenda 21, um plano de ação para promover o desenvolvimento sustentável em todo o mundo.

2000 - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: A ONU estabelece os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que incluem metas relacionadas à sustentabilidade e à redução da pobreza, destacando a importância de práticas sustentáveis.

2015 - Acordo de Paris: Na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, os países se comprometem a limitar o aquecimento global, promovendo ações concretas para a sustentabilidade e a proteção do clima.

2015 - Transição para os ODS: Com a conclusão dos ODM em 2015, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram lançados, ampliando a agenda de desenvolvimento global com 17 objetivos interconectados.

2020 - Novo marco para a sustentabilidade: O mundo enfrenta a pandemia de COVID-19, que ressalta a importância da sustentabilidade em todas as áreas, desde a saúde pública até a economia, impulsionando novas abordagens para o futuro.

A Sustentabilidade possui três dimensões: a ambiental, a econômica e a social, são interdependentes e, por isso, acontecem de forma concomitante.

A **dimensão ambiental** diz respeito aos aspectos concretos das limitações dos recursos naturais do planeta Terra. As atividades humanas sempre estiveram subordinadas aos fenômenos naturais e às capacidades do planeta.

A **dimensão econômica** diz respeito ao modelo em que o crescimento econômico acontece de maneira ética e justa, mantendo-se a harmonia com as outras dimensões. Ou seja, garantindo a satisfação das necessidades humanas, as boas condições sociais dos agrupamentos de pessoas (equidade e coesão social) e a resiliência dos recursos naturais.

A **dimensão social** trata das questões relacionadas à satisfação das necessidades básicas das pessoas, a valorização das culturas locais, a melhoria do bem-estar atual e futuro, o aumento da qualidade de vida pela redução da iniquidade social no geral. Ou seja, a dimensão social da sustentabilidade orienta-se para a construção de uma sociedade humana sustentável. Uma sociedade que é justa, inclusiva e democrática (Medeiros, 2022, p. 01).

Estudando o Percurso Histórico da Sustentabilidade percebemos que ela evoluiu ao longo do tempo, refletindo a crescente consciência sobre a necessidade de preservar os recursos naturais para as gerações futuras. Na atualidade enfrentamos complexos desafios como as mudanças climáticas e a degradação ambiental, que exigem soluções inovadoras e colaborativas. A adoção de práticas sustentáveis no mundo inteiro é crucial para atender às necessidades humanas, garantindo que o uso dos recursos do planeta seja responsável e eficaz. É fundamental que cada indivíduo e organização da sociedade tome parte ativa na promoção de um mundo mais sustentável, contribuindo para um futuro próspero e equitativo.

Parte II

A Questão Ambiental e a Sustentabilidade

A Questão Ambiental envolve a proteção dos recursos naturais, a manutenção dos ecossistemas e a garantia de vida no planeta, assegurando um futuro viável para todas as formas de vida. Estabelecer práticas para conservar a água, o solo e os recursos florestais é essencial para evitar a degradação e garantir a saúde dos ecossistemas. Conservar a biodiversidade é crucial para a resiliência dos ecossistemas e a manutenção de atividades essenciais presentes na natureza, como polinização das flores e a purificação da água.

A Questão Ambiental entrou na pauta da sociedade e dos governos, em decorrência das mudanças climáticas perceptíveis; de acidentes ambientais ocorridos e da degradação crescente do meio ambiente. O atual modelo de desenvolvimento/acumulação dentro do “modo de produção capitalista”, incorpora a Questão Ambiental, sendo remetida para o Estado responder com suas políticas compensatórias, pois dentro desse atual sistema a Questão Ambiental cumpre a função de ser base necessária para a produção de mercadorias.

Para Leff (2010), a crise ambiental, ocorrem em decorrência da poluição e degradação do meio ambiente, a crise dos recursos naturais, energéticos e de alimentos, como consequência da pressão humana sobre os recursos naturais, em decorrência do aumento populacional e da limitação dos recursos existentes na natureza e, por outro lado, como resultado da acumulação do capital e da maximização da taxa de lucro a curto prazo, que conduzem a um alto padrão tecnológico, elevado consumo, que findam por esgotar as reservas de recurso naturais, dificultando a regeneração dos ecossistemas naturais (Santos; Andrade; Campos; Fernandes; Cunha, 2018, p. 03).

Para Santos; Andrade; Campos; Fernandes; Cunha (2018) a primeira percepção da humanidade sobre a questão ambiental e a existência de um risco ambiental em escala global, deu-se na década de 1950, pois o experimento com armas nucleares causou poluição nuclear e percebeu-se que os problemas ambientais não estão restritos aos locais de realização dos testes, uma vez que podem ocorrer chuvas radiativas e outros impactos a milhares de quilômetros desses locais.

A crise ambiental é a primeira crise do mundo real produzida pelo desconhecimento do conhecimento; da concepção do mundo e do domínio da natureza que geram a falsa certeza de um crescimento econômico sem limites, até a racionalidade instrumental e tecnológica vista como sua causa eficiente (LEFF, 2010, p. 207). Segundo Leff (2010) a crise ambiental, como produto da degradação socioambiental, tem causado perda da fertilidade do solo, pobreza, miséria extrema, desnutrição e marginalização. Nesse contexto, a questão ambiental traz novas perspectivas para o desenvolvimento, encontrando novos potenciais ecológicos, tecnológicos e sociais, permitindo propor transformação dos sistemas de produção, de valores e de conhecimento da sociedade, a fim de construir uma racionalidade produtiva alternativa. Para o autor, a crise ambiental é sobretudo uma crise do conhecimento, e o saber ambiental emergente de um conjunto de disciplinas, que busca construir um saber e uma racionalidade social dirigido para os objetivos de um desenvolvimento sustentável, equitativo e duradouro (Santos; Andrade; Campos; Fernandes; Cunha, 2018, p. 13).

A crise ambiental revela a radicalidade do sistema capitalista. Essa crise ambiental agrava-se em função do rumo que a dinâmica mundial tem tomado, uma vez os países ricos impõem aos países pobres condições de submissão, baseadas em trocas desiguais. A Questão Ambiental contemporânea obriga o homem a repensar a relação entre o ser humano e a natureza, gerando mudanças.

As mudanças estão acontecendo, tanto climáticas, quanto de valorização da natureza, pois a restrição de recursos naturais é a onda do momento e isso é um fator de limitação do crescimento da economia nos diversos países. É preciso um manejo adequado das reservas naturais para preservar e ampliar a biodiversidade dos ecossistemas para que se estabeleça uma interação entre as plantas, o solo e os animais, possibilitando a regeneração e fertilidade do solo, mantendo a produtividade e proteção das plantações, diversificando a agricultura, contribuindo de forma eficaz para a sustentabilidade. O desenvolvimento sustentável precisa suprir as necessidades econômicas, sociais e ambientais dos povos, promovendo justiça social, econômica, ambiental e a preservação da biodiversidade.

A seguir apresentamos as questões do Estudo dirigido em dupla a ser feito sobre o texto 2 “A questão ambiental e a sustentabilidade” das/os autoras/es: Alzir Falcão dos Santos; Aldair Oliveira de Andrade; Milton César Costa Campos; Fabiana Soares Fernandes; José Maurício da Cunha.

1. Como surgiram as discussões em torno dos temas questão ambiental e sustentabilidade? Qual o resultado dessas discussões e de acontecimentos relacionados aos temas?

2. O que seria a chamada questão ambiental e quais fatos, acordos e conferências foram importantes após a tomada de consciência da crise ambiental que se consolidou?

3. Como foram as avaliações dos resultados da Conferência Rio-92 nas Conferências posteriores, Rio+5, Rio+10, Rio+20 e como ficou o compromisso político com o desenvolvimento sustentável no mundo?

4. A partir das visões sobre a sustentabilidade o que seria o desenvolvimento sustentável?

5. A crise ambiental revela a radicalidade do sistema capitalista. Essa crise ambiental agrava-se em função do rumo que a dinâmica mundial tem tomado, uma vez os países ricos impõem aos países pobres condições de submissão, baseadas em trocas desiguais. A questão ambiental contemporânea obriga o homem a repensar a relação entre o ser humano e a natureza, gerando mudanças. Quais mudanças são perceptíveis no mundo atual e quais avanços ainda devem ser buscados para um melhor desenvolvimento sustentável em nosso planeta?

Parte III

Adoção de Práticas Sustentáveis na Gestão Pública

“... pode-se dizer que a Gestão Pública Sustentável parte da ideia de que a administração pública deve ter como prioridade a transparência, o empenho e a competência na busca de resultados eficazes de forma operacional, tendo como objetivo a sustentabilidade”
(Nascimento; Ribeiro; Santos, 2023, p. 02).

A Gestão Pública desempenha um papel crucial na indução de mudanças sociais que promovem uma nova sociedade focada na sustentabilidade e na responsabilidade ambiental. É essencial encontrar um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico, a justiça social e a preservação do meio ambiente para garantir um futuro viável. A Gestão Pública sustentável é a aplicação de práticas que buscam equilibrar o desenvolvimento econômico, a equidade social e a proteção ambiental. A escassez crescente de recursos naturais e a perda de biodiversidade enfatizam a urgência de adotar práticas que promovam a sustentabilidade. É crucial que as práticas de Gestão Pública sejam transparentes e eficazes, garantindo a confiança da sociedade nas ações governamentais.

Qual seria o papel do Governo no Desenvolvimento Sustentável?

- Implementação de Sistemas de Gestão Ambiental

A adoção de sistemas de gestão ambiental permite que instituições públicas monitorem e melhorem seu desempenho ambiental, resultando em menor degradação e maior eficiência no uso de recursos.

- Utilização de Relatórios de Sustentabilidade

Relatórios de sustentabilidade oferecem transparência nas práticas e impactos das instituições, ajudando a identificar áreas para melhorias e a comunicar resultados para a sociedade.

- Casos de Sucesso Inspiradores

Estudos de caso de instituições que adotaram práticas sustentáveis demonstram que é possível equilibrar crescimento econômico com responsabilidade social e ambiental, servindo de modelo para outras entidades.

Já são perceptíveis alguns elementos do presente e do futuro da Gestão Pública Sustentável, tais como:

1. Digitalização e uso de tecnologias verdes: A digitalização está transformando a gestão pública, permitindo eficiência na administração e a implementação de tecnologias verdes que minimizam o impacto ambiental.
2. Preservação dos recursos naturais e bem-estar social: Garantir a preservação dos recursos naturais e promover o bem-estar social são fundamentais para o desenvolvimento sustentável, exigindo colaboração entre setores públicos e privados.
3. Promoção de uma cultura de inovação: Fomentar uma cultura de inovação dentro das instituições públicas é vital para criar soluções criativas que atendam às demandas da sociedade e do meio ambiente.
4. Importância da sustentabilidade nas políticas públicas: A sustentabilidade deve estar no centro das políticas públicas, influenciando decisões que afetam diretamente a qualidade de vida da população e a preservação dos recursos naturais.
5. Adaptação contínua a novas práticas: As organizações públicas devem se adaptar constantemente às novas práticas e métodos de gestão, garantindo que a sustentabilidade seja uma prioridade nas operações diárias.
6. Preparação das organizações públicas para mudanças: As organizações públicas precisam estar preparadas para implementar mudanças que não apenas atendam às exigências contemporâneas, mas que também promovam a resiliência a longo prazo.

É como dissemos no início desta parte III do texto, a “escassez crescente de recursos naturais e a perda de biodiversidade enfatizam a urgência de adotar práticas que

promovam a sustentabilidade” e por isso a ideia abrangente de sustentabilidade foi apresentada na qual explicou como o desenvolvimento sustentável atende às necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade de serem atendidas as necessidades das gerações futuras.

Apesar da complexidade que decorre da infinidade de interpretações de temas relacionados à sustentabilidade e da natureza multifacetada da sustentabilidade, a avaliação da sustentabilidade corporativa e pública deve ser realizada de forma a garantir a ecoeficiência, as práticas de comércio justo e a justiça ambiental. No entanto, essas metodologias têm várias limitações e, portanto, há uma falta de uma ferramenta universal e amplamente aceita de avaliação da sustentabilidade corporativa (Nascimento; Ribeiro; Santos, 2023, p. 17).

Implementar práticas sustentáveis na Gestão Pública é crucial para assegurar um desenvolvimento social e ambiental equilibrado, garantindo um legado positivo para as futuras gerações. Uma Gestão Pública focada na sustentabilidade tem o objetivo de estimular uma economia mais forte e equitativa, criando oportunidades e reduzindo desigualdades. Uma Gestão Pública sustentável precisa priorizar a conservação dos recursos naturais, para garantir que os ecossistemas permaneçam saudáveis e produtivos para as gerações futuras.

Parte VI

Programa Cidades Sustentáveis

Nosso planeta atravessa um período de rápidas transformações socioeconômicas, ambientais, tecnológicas, culturais, acompanhadas por intensa urbanização, pela forte sensação de que há uma crise de governança, de valores o que dificulta a visualização de um futuro capaz de enfrentar os desafios que se colocam neste ritmo acelerado e o Brasil está inserido diretamente em todo esse contexto (Programa Cidades Sustentáveis, 2016, p. 04).

Uma das mais difíceis questões que desafiam o Brasil e tantos outros países é:

como equilibrar
o desenvolvimento econômico



**com a sustentabilidade ambiental
e a justiça social,
por meio de uma governança transparente
e democrática?**

(Fonte: Programa Cidades Sustentáveis, 2016, p. 04)

Respondendo a esta pergunta o Programa Cidades Sustentáveis (2016) se posiciona em seu Guia de Gestão Pública Sustentável e afirma que é preciso colocar em prática a construção de um novo modelo de desenvolvimento, pois nas últimas décadas, construiu-se um consenso mundial de que nosso modelo de desenvolvimento vem causando a destruição dos recursos naturais do planeta, colocando em risco a continuidade da própria espécie humana. Construir esse novo modelo de

desenvolvimento é urgente, pois também há um consenso de que a capacidade de governança para o enfrentamento das mudanças climáticas, da crise socioambiental planetária ainda não corresponde à velocidade do processo de destruição da biodiversidade em curso. O trabalho da ONU (Organização das Nações Unidas) é atuar mais fortemente neste sentido, na construção de um novo modelo de desenvolvimento, para isso ela tem buscando mobilizar seus quase 200 estados membros a assumirem a gravidade do diagnóstico e a se comprometerem com acordos e metas que deem respostas globais e concretas para a humanidade e para a crise planetária.

A ONU organizou muitas conferências, reuniões e encontros mundiais para discutir, elaborar propostas e assinar acordos sobre esse tema. Em setembro de 2015, aconteceu em Nova York a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável e nela foram aprovados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que reúnem 17 objetivos globais e 169 metas com o propósito de acabar com a pobreza até 2030 (Agenda 2030) e promover universalmente a prosperidade econômica, o desenvolvimento social e a proteção ambiental. Estas metas serão acompanhadas por um conjunto de indicadores para que governos, sociedade civil e empresas revejam suas ações e prioridades em favor de um novo modelo de desenvolvimento capaz de recolocar a humanidade no planeta e o planeta na humanidade. Embora de natureza global e universalmente aplicáveis, os ODS dialogam com as políticas e ações nos âmbitos regional e local (Programa Cidades Sustentáveis, 2016).

Para estruturar suas propostas, eixos temáticos e ações o Programa Cidade Sustentáveis se inspirou e segue os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) aprovados na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em Nova York. São eles:

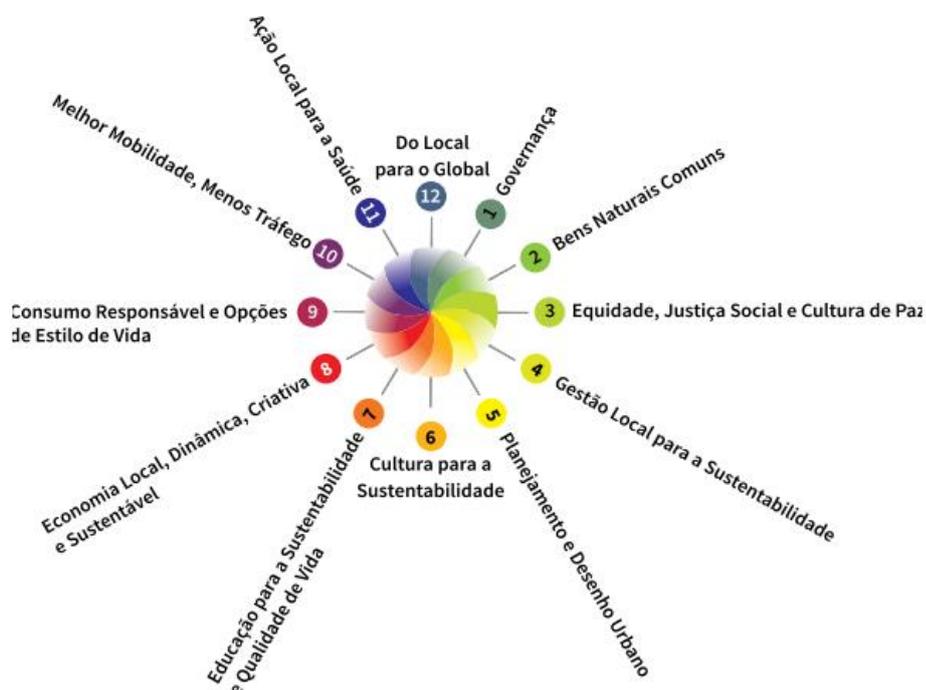
1. Erradicação da Pobreza: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
2. Fome Zero e Agricultura Sustentável: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

3. Saúde e Bem-Estar: Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
4. Educação de qualidade: Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
5. Igualdade de gênero: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
6. Água Limpa e Saneamento: Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos.
7. Energia limpa e acessível: Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos.
8. Trabalho decente e crescimento econômico: Promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos.
9. Indústria, inovação e infraestrutura: Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
10. Redução das desigualdades: Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países.
11. Cidades e Comunidades Sustentáveis: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
12. Consumo e Produção Responsáveis: Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
13. Ação Contra a Mudança Global: Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.
14. Vida na água: Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
15. Vida Terrestre: Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda.
16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis
17. Parcerias e meios de implementação: Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Os ODS devem orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional nos próximos quinze anos, sucedendo e atualizando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. A implementação dos ODS é um desafio que requer uma

parceria com a participação ativa de todos, incluindo governos, sociedade civil, e setor privado (Programa Cidades Sustentáveis, 2016).

O Programa Cidades Sustentáveis (PCS) é uma iniciativa da sociedade civil organizada, com o objetivo de contribuir para a sustentabilidade das cidades brasileiras, buscando melhorar a qualidade de vida e o bem-estar da população em geral. Em 2012, o Programa Cidades Sustentáveis lançou uma Carta-Compromisso destinada aos partidos políticos, candidatos e prefeitos, com o intuito de orientar os gestores públicos e garantir que atuassem, de fato, em prol do desenvolvimento sustentável nas cidades. Na prática, assinar essa carta representa um compromisso por parte dos gestores em trabalhar prioridades administrativas que levem em consideração as variáveis econômicas, sociais, ambientais e culturais, de acordo com o contexto local (Programa Cidades Sustentáveis, 2016). O PCS possui 12 eixos temáticos:



(Fonte: Programa Cidades Sustentáveis, 2016, p. 04)



O Programa Cidades Sustentáveis (2016) e seus 12 eixos temáticos têm como objetivo contribuir com as equipes responsáveis nas prefeituras para desenvolver seu Plano Diretor e estabelecer metas estratégicas para a gestão. Para isso, propõe que esse processo seja baseado em diretrizes, indicadores e metas.

O Programa Cidades Sustentáveis (2016) apresenta um caminho viável e possível para a implementação dos ODS nos municípios, uma vez que seus indicadores permitem territorializar os conceitos e princípios da Agenda 2030 de forma objetiva e concreta. Todas as informações sobre o Programa Cidades Sustentáveis, incluindo Banco de Boas Práticas, Indicadores, Carta-Compromisso, estão disponíveis no portal: www.cidadessustentaveis.org.br.

Parte V

Como Implantar a A3P (Agenda Ambiental na Administração Pública)

Esta Parte V da nossa apostila foi elaborada a partir de uma cartilha produzida pelo Ministério do Meio Ambiente que teve como foco os órgãos e entidades públicas que buscavam implementar ou aperfeiçoar iniciativas de sustentabilidade. O intuito da cartilha produzida pelo Ministério do Meio Ambiente foi apoiar a promoção da responsabilidade socioambiental e a inserção de critérios sustentáveis nas atividades que são desenvolvidas pelos gestores e servidores.

Os avanços sociais e as diversas conquistas de ordem política, institucional e científica obtidas na área ambiental fizeram com que a sustentabilidade passasse a ser um tema da agenda das políticas públicas brasileiras. Nesse cenário, a adequação das estruturas dos órgãos e entidades públicas é fundamental para a construção de uma nova cultura institucional que inclua a sustentabilidade como princípio central.

A implantação da A3P é uma oportunidade e um desafio para as instituições públicas que desejam transformar as suas ações. A A3P tem por objetivo estimular os gestores públicos a incorporar princípios e critérios de gestão socioambiental em suas atividades rotineiras, levando à economia de recursos naturais e à redução de gastos institucionais por meio do uso racional dos bens públicos, ao correto gerenciamento dos resíduos sólidos, às contratações públicas sustentáveis, às construções sustentáveis, à sensibilização e capacitação e à qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Muitas vezes, a realização de ações diárias simples, como, por exemplo, a redução no consumo de bens e produtos, o uso eficiente de água e energia elétrica, a coleta seletiva, entre outras, podem contribuir, significativamente, para a sustentabilidade (Ministério do Meio Ambiente, 2015, p. 05).

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2015) a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é um programa de gestão que promove a responsabilidade socioambiental e insere critérios de sustentabilidade nas atividades da administração pública. Inserir esses critérios envolve mudanças comportamentais e transformações nas ações públicas relacionadas às prioridades de investimentos, compras e contratação de serviços pelo governo, construções sustentáveis, gerenciamento de resíduos sólidos e uso racional dos recursos naturais e bens públicos. A sustentabilidade também precisa contribuir para a melhoria na qualidade de vida e segurança no ambiente do trabalho. A A3P pode ser considerada como marco indutor de adoção da gestão socioambiental no âmbito da Administração Pública brasileira. A A3P é um programa sem natureza impositiva e regulatória e por isso ele busca é uma ação exemplar do gestor público a partir da compreensão do que é a responsabilidade

socioambiental, mas é importante ressaltar, no entanto, que com o advento da Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, instituída pela Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, o gerenciamento dos resíduos sólidos pelas instituições públicas – um dos eixos temáticos da A3P - passou a ser uma atividade obrigatória.

Na qualidade de grande consumidora de recursos naturais, bens e serviços e grande geradora de resíduos sólidos a administração pública precisa assumir um papel estratégico na revisão dos padrões de produção e consumo e na adoção de novos referenciais de sustentabilidade socioambiental, por meio da sua capacidade regulamentadora e indutora de novas e práticas junto ao setor produtivo. As instituições públicas têm sido motivadas a “dar o exemplo” e por isso têm adotado programas que promovam a redução dos impactos socioambientais negativos gerados por suas atividades. Com isso, podem contribuir com o crescimento sustentável, promovendo a responsabilidade socioambiental e respondendo às expectativas sociais (Ministério do Meio Ambiente, 2015).

O principal objetivo da A3P é aumentar a eficiência da gestão e incorporar critérios de gestão socioambiental nas atividades públicas. Também são objetivos da A3P: • promover a economia de recursos naturais e redução de gastos institucionais; • reduzir o impacto socioambiental negativo decorrente das atividades públicas; • promover a produção e o consumo sustentável; 10 • contribuir para a melhoria da qualidade de vida do servidor; • sensibilizar e capacitar os gestores públicos para as questões socioambientais.

São seis eixos temáticos prioritários que estruturam a A3P: 1. uso racional dos recursos naturais e bens públicos; 2. gerenciamento de resíduos sólidos; 3. qualidade de vida no ambiente de trabalho; 4. sensibilização e capacitação dos servidores; 5. contratações públicas sustentáveis e; 6. construções sustentáveis. Todos esses eixos foram definidos tendo como base o princípio dos 5 R's: Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais negativos.

São 5 os passos para implantar a A3P: 1. Elaborar o Plano de Gestão Socioambiental; 2. Criar a Comissão Gestora da A3P; 3. Realizar um diagnóstico da instituição; 4. Realizar a avaliação e o monitoramento das ações; 5. Promover a sensibilização e capacitação.

Para implantação da A3P é necessário criar uma Comissão Gestora irá promover uma gestão compartilhada e se encarregará de: a) sensibilizar os gestores sobre a importância da implantação do programa; b) realizar o diagnóstico da instituição; c) realizar o planejamento das ações; d) apoiar a implantação das ações; e) promover o monitoramento das ações. A Comissão Gestora da A3P precisa ser institucionalizada por meio de instrumento legal pertinente e ter um representante titular e suplente abrangendo todas as áreas da instituição. Sugere-se que a Comissão tenha de 5 a 10 pessoas para facilitar a comunicação institucional e um entendimento mais amplo. Para as instituições que possuem representações em outros Estados da Federação, ou ainda municípios, sugere-se a constituição de subcomissões por servidores locais para implementar a A3P. Nesses casos, é fundamental estabelecer mecanismos de comunicação permanente entre a Comissão Gestora e as subcomissões (Ministério do Meio Ambiente, 2015).

O programa A3P é uma iniciativa que tem contribuído para uma crescente conscientização por parte dos órgãos e entidades públicas, o que por si só já é um grande resultado alcançado. Nos últimos anos, o ambiente institucional tem se mostrado extremamente favorável para a ampliação da A3P e para a elaboração e implantação de um programa de responsabilidade socioambiental pelas instituições públicas que contribua para a melhoria da gestão pública em todo o país.

Referências

Cordeiro, S. L., Hulse, L., Martins, A. A. M., & Lehmkuhl, M. de S. . (2021). Percurso histórico da sustentabilidade, suas dimensões e objetivos de desenvolvimento sustentável. *Professare*, 10(1), e2922-e2922. Disponível em: <https://doi.org/10.33362/professare.v10i1.2922>. Acesso em: 01 de dezembro de 2024.

Programa Cidades Sustentáveis. Disponível em: https://www.cidadessustentaveis.org.br/arquivos/Publicacoes/GPS_Guia_Gestao_Publica_Sustentavel.pdf. Acesso em: 01 de dezembro de 2024.

Ministério do Meio Ambiente. Como Implantar a A3P (Agenda Ambiental na Administração Pública). 3ª ed. 2015. Disponível em: <https://www.sema.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/36/2018/11/Cartilha-A3P-3-edicao.pdf>. Acesso em: 01 de dezembro de 2024.

Nações Unidas. O futuro que queremos. Rio+20 – Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.rio20.gov.br/documentos/documentos-da-conferencia/o-futuro-que-queremos/index.html>. Acesso em: 10 de novembro de 2021.

Nações Unidas. Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova Iorque, 2016. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pesso_Idosa/Agenda_2030.pdf. Acesso em: 10 de novembro de 2021.

Nascimento, Kátia Gonçalves do; Ribeiro, Cenira Fernandes da Silva; Santos, Lívia Maria da Silva. Adoção de práticas sustentáveis na gestão pública. Disponível em: <https://revistaft.com.br/adocao-de-praticas-sustentaveis-na-gestao-publica/>. 27/10/2023. Acesso em: 01 de dezembro de 2024.

Rozélia de Medeiros. Dicionário Ambiental: Sustentabilidade. Disponível em: <https://semil.sp.gov.br/educacaoambiental/prateleira-ambiental/sustentabilidade/#:~:text=Com%20isso%2C%20o%20conceito%20de,%2C%20por%20isso%2C%20acontecendo%20concomitantemente>. Acesso em: 01 de dezembro de 2024.

Santos, Alzir Falcão dos; Andrade, Aldair Oliveira de; Campos, Milton César Costa; Fernandes, Fabiana Soares; Cunha, José Maurício da. A questão ambiental e a sustentabilidade. Disponível em: <https://revistaeea.org/artigo.php?idartigo=2995>. 26/01/2018. Acesso em: 01 de dezembro de 2024.